

**QUEM FOI ESCALADO PARA COMPOR O ELENCO? ANÁLISE DA
REPRESENTAÇÃO DE ATORES SOCIAIS NO DISCURSO DE POSSE DA
PRESIDENTA DO BRASIL EM 2015**

F. Cordelia Oliveira da SILVA⁶⁹

Rodrigo dos Santos CAMILO⁷⁰

Resumo: Este artigo apresenta um estudo da representação dos atores sociais no discurso de posse da Presidenta da República do Brasil, Dilma Rousseff, no ano de 2015. A análise toma como referência as categorias de Representação dos Atores Sociais propostas por van Leeuwen (1998) e se apoia também nos pressupostos da Análise de Discurso Crítica (ADC), de Fairclough (1992, 2003). As representações dos(as) atores/ atrizes sociais, realizadas por meio do discurso, revelam como a prática política constrói e legitima representações, papéis sociais e identidades para os integrantes de uma sociedade.

Palavras-chave: Ator(es)/Atriz(es) Sociais. Representação. Identidade. Análise de Discurso Crítica (ADC).

Abstract: *This article presents a study of the representation of the social actors in Brazilian President Dilma Rousseff's inaugural address in the year 2015. The analysis utilizes the categories of Representation of Social Actors proposed by van Leeuwen (1998) and is based on Fairclough's (1992, 2003) theories of Critical Discourse Analysis (CDA). The representation of the social actors, performed by means of discourse, reveal how political practice builds and legitimizes representations, social roles and identities for members of a society.*

Keywords: *Social actors. Representation. Identity. Critical Discourse Analysis (CDA).*

⁶⁹ Professora Adjunta do Departamento de Linguística, Português e Línguas Clássicas da Universidade de Brasília (UnB). Brasília, Distrito Federal, Brasil. cordelia.prof@gmail.com.

⁷⁰ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade de Brasília (UnB). Brasília, Distrito Federal, Brasil. rodrigoccamilo@hotmail.com.

Compreendendo a proposta

As atuais sociedades, na era da pós-modernidade, utilizam a prática política para formar e organizar a vida de seus integrantes, tanto no nível das questões coletivas quanto das individuais. Esse processo é marcado por movimentos, mudanças e tensões que geram, em muitos atores sociais, uma omissão na atuação significativa de seus papéis como cidadãos no âmbito político e, conseqüentemente, com isso, não muitos sujeitos atuam ativamente e nem colaboram para melhorias relativas às questões que compõem o meio em que vivem.

Considerando esse contexto e amparando-nos nos pressupostos da Análise de Discurso Crítica (ADC), proposta por Fairclough (2001; 2003), analisaremos o discurso de posse da atual Presidenta da República, entendendo-o como fruto de atuações e representações nas (e por meio das) práticas sociais. Nossa análise objetiva nos posicionar criticamente diante das representações que líderes políticos realizam de si mesmos e dos seus eleitores.

A partir disso, suscitamos alguns questionamentos:

- a) Como a chefe de governo, eleita por voto popular, representou-se em seu discurso de posse no ano de 2015?
- b) que atores sociais foram incluídos no discurso da Presidenta?
- c) Como a presidenta construiu, naquele discurso, a representação dos atores sociais que compõem a sociedade brasileira?

Das teorias

O desenvolvimento dessa investigação depende da apropriação das contribuições da Análise de Discurso Crítica (ADC), concebidas por Norman Fairclough (2001; 2003), e da Teoria da Representação dos Atores Sociais, na perspectiva de Theo van Leeuwen (1998).

A ADC é concebida como instrumento que pode ser utilizado para promover a pesquisa social crítica. Desse modo, podemos compreender a estrutura, o funcionamento, as tentativas de equilíbrio que as sociedades produzem para sobreviver e a ocorrência de falhas nessas ações que geram desequilíbrio. Dessa forma, poderemos interferir e agir para manter o equilíbrio e a manutenção das sociedades (FAIRCLOUGH, 2003, p. 216).

A ADC analisa a relação dialética entre discurso (compreendendo todas as formas de manifestação da linguagem) e os elementos que compõem as práticas sociais. Seu foco principal se direciona ao comportamento, às ações e às interações discursivas com outros elementos

sociais dentro de ligações entre práticas, considerando que o discurso se apresenta de três formas no interior das práticas sociais. Ele se constitui como integrante da ação realizada em um meio social inerente à prática, manifesta-se em representações, nas quais sujeitos se portam como atores sociais, representando outras e suas próprias práticas e formando identidades (idem. p. 219-220).

A teoria social do discurso, de Norman Fairclough, baseia-se na análise linguística e social do discurso, com o propósito de ser um instrumento de verificação e de estudo da pesquisa social crítica. O autor sintetizou sua concepção em um quadro tridimensional (reproduzido abaixo) que esboça a relação que a produção textual, a prática discursiva e a prática social mantêm.

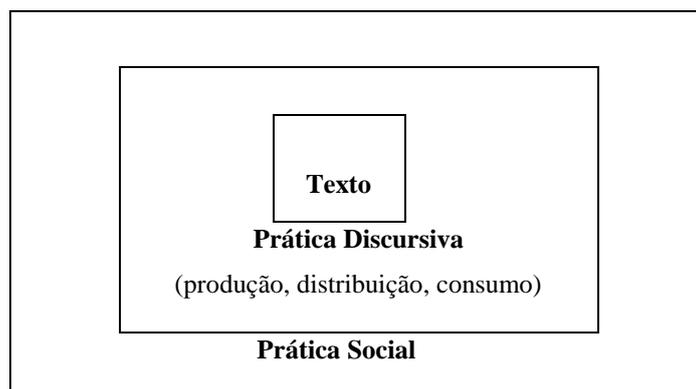


Figura 1– Fairclough, 2001.

Com esse quadro, entendemos que o discurso se constitui como manifestação da linguagem em suas várias formas, tornando-se uma forma de prática social. É uma ação que as pessoas praticam para se expressar, para agir e para se tornar notórias no mundo, sob a influência da estrutura social que, por meio das relações, intenções, classes dominantes e de interesses, produz e modifica o discurso. Essa é a essência do processo de formação dos componentes da estrutura social e contribui também para a construção da identidade dos sujeitos, nas relações entre eles e na composição dos sistemas de conhecimento (FAIRCLOUGH, 2001, p. 90-91).

A prática social pode ser concebida como espaço no qual o discurso é direcionado de acordo com uma orientação, que pode ser: econômica, política, cultural ou ideológica. A teoria em discussão se fundamenta na prática política e ideológica. O discurso, na prática política, forma, mantém e modifica relações de poder e outras estruturas geradas com base nessas relações. Na prática ideológica, o discurso tem como função gerar, consolidar, atuar e

transformar os significados produzidos por cada integrante nas relações de poder (FAIRCLOUGH, 2001, p. 94-95).

As práticas sociais se posicionam em um ponto de interseção entre as estruturas e os eventos sociais. Podemos conceber que estruturas sociais são grandes organizações que dispõem de vários recursos e alternativas. Os eventos sociais não são apenas os resultados da ação desses recursos e alternativas, mas também a ação das práticas sociais que estão dispostas por ligações, atuando no molde e na regulação dos eventos sociais (FAIRCLOUGH, 2003, p. 21-22).

As práticas discursivas referem-se a como os textos serão fabricados, oferecidos a quem estão destinados, como essa produção será aceita e interpretada conforme o tipo de discurso e os efeitos sociais que estão sob eles. Assim, “A prática discursiva [...] envolve processos de produção, distribuição e consumo textual, e a natureza desses processos varia entre diferentes discursos de acordo com fatores sociais” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 106).

Os textos causam efeitos não só discursivos, mas também extradiscursivos, ocasionando, assim, efeitos que vão além das esferas das palavras. Possuem uma pluralidade de interpretações que serão diferenciadas pelo contexto, ocasionado pelo tipo de discurso e a prática social na qual estão inseridos. (idem. p. 106-113).

Considerando essa exposição teórica inicial sobre a ADC, nossa intenção, neste trabalho, é realizar uma análise do texto proferido pela atual Presidente da República em seu discurso de posse do segundo mandato (2015), considerando-o como um texto resultante de uma produção coletiva, visto que revela o posicionamento da vencedora das eleições e também dos partidos políticos que ela representa e que, supomos, tenha sido escrito por (uma equipe de) assessores com a anuência da Presidenta.

Ainda na prática discursiva, o texto a ser analisado foi distribuído inicialmente na sua leitura oral, durante o evento de posse amplamente divulgado via mídias sociais, mas, em momentos posteriores, foi reproduzido e, por vezes, retextualizado em jornais (escritos e televisionados), revistas, *sites*, *blogs* e outros. Com isso, seu consumo é amplo e extremamente variado.

Quanto à prática social, o texto ancora-se no cenário político, em eventos relacionados aos preceitos da prática política democrática e republicana que norteiam nosso país.

Nosso interesse por textos/discursos oriundos dessa prática social, relaciona-se à ideia apresentada no início desse texto: a política norteia vida das pessoas, práticas sociais e discursivas do âmbito político têm capilaridade por todos os eventos sociais e os sujeitos sociais

são representados nesses textos/discursos/práticas. Nosso questionamento aqui, então, é: quem é representado e como?

Concluída, essa primeira etapa, passemos à apresentação da Teoria de Representação dos Atores Sociais, porque, com base nesses apontamentos, balizaremos nossa análise.

A representação dos atores sociais

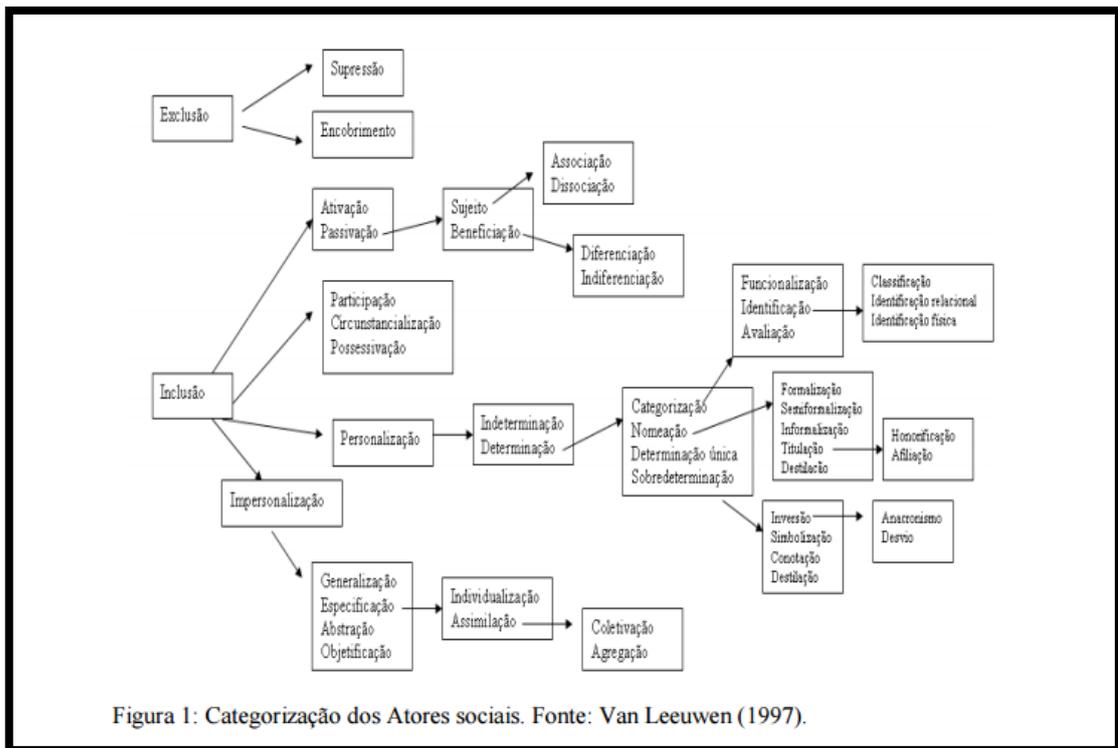
Theo van Leeuwen (1998) apresenta um modelo analítica para auxiliar estudiosos do texto a responder sobre quais os modos como os atores sociais podem ser representados no discurso e, para isso, toma como exemplo, a língua inglesa. Inicialmente, o autor centra seu estudo das representações dos atores sociais em dois grandes grupos: inclusão e exclusão.

As representações promovem a *inclusão* ou a *exclusão* dos atores sociais conforme as motivações e os propósitos em relação aos leitores a quem se direcionam os textos/discursos. A ação de exclusão pode parecer “inocente” ou decorrente da pressuposição de que alguns fatos já são conhecidos ou são irrelevantes para os leitores, mas também pode ter motivações ideológicas.

Em relação ao processo de *inclusão*, é nesse modo que se encontra a grande força política da representação dos atores sociais, pois, no discurso, não há uma relação direta com os papéis que eles desempenham na realidade, nas práticas sociais e os papéis gramaticais que lhes são conferidos no discurso (idem. *ibidem.*).

Passemos à descrição sucinta das categorias propostas pelo autor. A exclusão é o apagamento do sujeito, que não é mencionado no texto/discurso. E a inclusão é a menção do sujeito no texto e pode acontecer de várias formas (como apresentamos esquematicamente⁷¹ a seguir e detalhadamente logo após):

⁷¹ Imagem extraída de Oliveira (2012, p. 5)



Na distribuição de papéis, processo de inclusão de atores sociais, temos a representação de agente e paciente. O agente (ator) é representado como uma força ativa em uma atividade; e o paciente (finalidade) é representado submetido à atividade ou receptor dela. As representações podem realizar redistribuição de papéis e organizar as relações sociais entre os indivíduos (VAN LEEUVEEN, p. 185-187). Vejamos, então, como pode ser realizada a inclusão:

1. A *Ativação* ocorre quando os atores sociais são representados como forças ativas e dinâmicas em relação à determinada atividade.
2. A *Passivação* ocorre quando os atores sociais são representados submetendo-se a uma atividade.
3. A *Genericização* constrói uma referência genérica aos atores, o que pode ocorrer, por exemplo, na forma de classes em que os sujeitos são tidos apenas como espécimes daquelas classes. A genericização pode ser marcada linguisticamente pelo uso de plural sem uso de artigo ou singular com artigo definido ou indefinido.

4. A *Especificação* é o oposto da genericização, com ela os sujeitos representados são especificados e identificados em um mundo específico e concreto (idem. p. 190-194). Pode ser marcada linguisticamente pelo uso de numerativo.

5. A *assimilação* caracteriza-se pela forma como os sujeitos são incluídos no texto. Pode ocorrer das seguintes formas:

5.1. *Individualização* ocorre quando os atores são mencionados como indivíduos, logo opera por meio da singularização.

5.2. *Assimilação* ocorre quando os atores são mencionados como grupos, logo opera por meio da pluralidade. Linguisticamente, pode ser marcada pelo uso de substantivos contáveis ou de substantivos que denotem grupos de pessoas (por exemplo, nação). A Assimilação acontece de duas formas:

5.2.1. *Agregação*: quantifica grupos de participantes, apresentando-os como dados estatísticos. Linguisticamente, realiza-se por meio da presença de um quantificador definido ou indefinido. Ela é usada, muitas vezes, para regulamentar práticas e para produzir consensos.

5.2.2. *Coletivização*: por meio da ideia de pluralidade, indivíduos são reunidos em um grupo coletivo marcado por uma característica comum entre seus membros.

6. Na *Associação*, grupos de atores sociais (referidos claramente ou não) não são classificados no texto, mesmo que os demais atores ou grupos que integram essa ação possam ser nomeados ou categorizados. Esse processo pode ser realizado, na língua, pelo uso de pronomes possessivos ou orações possessivas.

7. A *Dissociação* opera de modo inverso, separando os atores sociais (idem. p. 197-198).

8. Na *indeterminação*, os atores sociais são representados na forma de indivíduos ou grupos não especificados ou anônimos. Ocorre tipicamente pelo uso de pronomes indefinidos, mas pode acontecer também por meio de referência exofórica generalizada.

8.1. Já a *determinação* manifesta-se especificando a identidade dos indivíduos ou de grupos em relação a outros, ressaltando diferenças (VAN LEEUVEEN, 1998, p. 198).

9. A *diferenciação* diferencia explicitamente um ator social individual ou um grupo de atores sociais de um ator semelhante a ele, criando uma separação entre o “eu” e o “outro” ou entre “nós” e “eles/os outros”.

10. A *nomeação* manifesta-se quando atores são nomeados em função de suas identidades individuais, e esse processo imputa poder e *status* ao sujeito nomeado. Acontece por meio do uso de nomes próprios e pode ocorrer de modo formal, semiformal ou informal

11. A *categorização* se dá pela representação dos atores com base em funções ou identidades que partilham com outros sujeitos; com isso, é gerado um agrupamento em forma de categorias (idem. ibidem.)

12. A *funcionalização* ocorre, segundo van Leeuwen (1998, p. 202-208), quando atores são referidos em termos da função e ocupação que realizam em uma atividade.

13. A *identificação* representa atores por meio de categorias que definem aquilo que eles são, como sexo, faixa etária, classe social.

14. A *personalização* representa atores sociais como seres humanos, instaurando, nas representações, características humanas.

15. Na *impersonalização*, atores são representados por meio não humanos. A impersonalização pode subdividir-se em:

15.1. A *abstração*, representações, que avaliam e interpretam, geradas por qualidades expressas por substantivos abstratos;

15.2. Na *objetivação*, atores são concebidos a partir da relação deles com um local ou coisa ligada a sua pessoa (idem. p. 208- 211).

16. Na *sobredeterminação*, atores são representados participando, ao mesmo tempo, de duas ou mais práticas sociais. Essa categoria possui seis subdivisões, e a que mais nos interessa é a *simbolização*. Nela, atores ou grupos ficcionais representam outros atores e grupos não ficcionais.

Concluído esse levantamento das categorias de análise da representação de atores sociais, traremos, para esse estudo, sucintamente uma explanação sobre o conceito de identidades, pois consideramos que o estudo das representações nos leva a compreender as identidades instituídas nos textos/discursos.

A constituição das identidades se dá pelas contribuições das áreas de conhecimento, das organizações, da memória coletiva e de aspectos pessoais. Essas contribuições são assimiladas pelos indivíduos, pelos grupos sociais e pelas sociedades para a formação de suas próprias significações (CASTELLS, 2006, p. 23).

Em sentido amplo, podemos entender que identidade é uma forma de aferir a significação e a vivência de um povo. E, em sentido ligado à noção de atores sociais, compreendemos que identidade é a geração de significado moldado e influenciado por força(s) cultural(ais). Um indivíduo ou ator social pode assumir várias identidades, o que pode causar instabilidades e incoerências em relação à sua posição e atividade social. Com isso, é preciso que se diferenciem identidades de papéis sociais. Estes podem ser entendidos como investiduras de funções por atores sociais e as identidades, a exteriorização da significação produzida pelos atores sociais (idem. p. 22-23).

A identificação, para Fairclough (2003, p. 169-170), pode ser considerada sob os fatores sociais e pessoais, classificando-se como identidade social e identidade pessoal. A identidade social constitui-se como a incorporação de papéis sociais moldados pela personalidade do indivíduo, imprimindo caráter diferenciado. A identidade pessoal está ligada à noção de que os indivíduos precisam transformar suas pré-disposições e o resultado final de suas ações e submeterem seus papéis sociais às suas especificações (op.cit.).

Do discurso para as representações

O texto a ser analisado é o discurso de posse da Presidenta da República, Dilma Rousseff, proferido no dia 1º de janeiro de 2015, e, posteriormente, publicado em vários *sites* de notícias *online* do Brasil na forma de texto escrito.

Inicialmente, constatamos que o discurso completo é muito extenso. Sendo assim, para realizar uma análise significativa, foram selecionados e serão apresentados neste artigo somente os trechos que correspondem aos nossos objetivos analíticos⁷².

Fundamentados na ADC, nos apoiaremos também nos fundamentos da Pesquisa Qualitativa, que, segundo Denzin (2006), é um espaço de investigação que permeia disciplinas, campos e temas. Nela pode-se verificar uma ligação de proposições, ideias e hipóteses. Constitui-se como uma ação desenvolvida sob um foco que visa direcionar o observador no mundo, formando uma organização de meios materiais e interpretativos que propiciam a visão do mundo, no anseio de entender melhor a temática que está próximo dele. Isso faz com que o mundo se torne um conjunto de representações. Por possuir essas características, a pesquisa qualitativa proporciona ao pesquisador averiguar as coisas em seus próprios ambientes, assimilando e compreendendo as significações que as pessoas atribuem a elas (op.cit.).

Com base na perspectiva da ADC (FAIRCLOUGH, 2001; 2003), a atriz social, Dilma Rousseff, apresenta-se como um dos sujeitos principais da prática política brasileira, atuando no evento social cerimônia de posse, no qual é investida no papel de Presidenta da República do Brasil.

Como fruto dessa prática, ela produz um discurso que expressa sua essência, suas crenças e seus conhecimentos a respeito dos constituintes das práticas e estruturas sociais, estabelece relações de poder e gera uma representação de si mesma, dos outros atores sociais e do mundo no qual estão inseridos. Passamos ao exame das representações dos atores sociais materializadas no discurso, analisando os fragmentos selecionados.

(1) Senhoras e Senhores, senhor presidente do Senado Federal, Renan Calheiros, senhor vice-presidente da República, Michel Temer, [...] senhoras e senhores representantes da imprensa, meus queridos brasileiros e brasileiras.

Em 1, há uma tentativa explícita de *incluir* todos os atores sociais que compõem a sociedade brasileira, temos, em termos de representação dos atores sociais (VAN LEEUWEN, 1998), uma *grande inclusão*, quando os atores sociais são referidos em função dos papéis que representam (presidente do senado, vice-presidente da república, representantes da imprensa, brasileiros e brasileiras); há ainda uma *funcionalização*, pois os atores são referidos a partir da

⁷² O texto completo pode ser consultado em <<http://g1.globo.com/politica/posse-de-dilma/segundo-mandato/os-discursos-das-poseses.html>>. Acesso em 18 mar. 2015.

atividade que exercem. E essa atividade que justifica sua presença no evento, assim como sua nomeação no discurso de posse.

Vale ainda ressaltar, em 1, a presença do termo "queridos" antecedendo "brasileiros e brasileiras". Note-se que este é o único elemento da saudação que aparece acompanhado de um adjetivo. Esse uso, a nosso ver, é intencional e marca o desejo de proximidade com o povo em oposição ao uso de Senhor/Senhoras/Senhores que marca a distinção dos cargos ocupados por outros sujeitos nomeados e a formalidade que o evento exige.

(2) Sinto alegria por ter vencido os desafios e honrado o nome da mulher brasileira. O nome de milhões de mulheres guerreiras, mulheres anônimas que voltam a ocupar, encarnadas na minha figura, o mais alto posto dessa nossa grande nação.

A presidenta começa a construção de sua representação como presidenta, como mulher e como *agente*.

Temos, em 2, a representação por *genericização*, que ocorre quando os atores sociais são mencionados de forma não específica (mulher brasileira, milhões de mulheres guerreiras). Nesse trecho, em sua fala, Dilma transmite às mulheres brasileiras a ideia de que elas e suas causas serão representadas pela Presidenta.

É revelador o fato de os primeiros atores a ser mencionados serem as mulheres, uma vez que a eleição de uma mulher, pela primeira vez na história do país, é extremamente representativa de uma mudança social. Dilma encarna, então, a representação de todas as essas mulheres, daí a importância dessa declaração. Disso também podemos começar a delinear uma identidade para Dilma: mulher que representa milhões de outras mulheres.

(3) Encarno, também, outra alma coletiva que amplia ainda mais a minha responsabilidade e a minha esperança. O projeto de nação que é detentor do mais profundo e duradouro apoio popular da nossa história democrática. Esse projeto de nação triunfou e permanece devido aos grandes resultados que conseguiu até agora, e que porque também o povo entendeu que este é um projeto coletivo e de longo prazo. Este projeto pertence ao povo brasileiro e, mais do que nunca, é para o povo brasileiro e com o povo brasileiro que vamos governar.

Nesse momento, a presidenta amplia sua representação como *agente* da prática política, como aquela que foi escolhida pela maioria dos votantes e por fazer parte do “povo brasileiro”

e de seus anseios, sua atuação é materializada por meio da responsabilidade e da capacidade que ela carrega.

Ao invocar para o seu discurso, por meio da *inclusão*, todos os integrantes da sociedade brasileira, há uma representação por *associação*, devido à união de vários grupos sociais. Essa *associação* fica evidente no uso dos termos "popular", "povo" e "povo brasileiro".

Em “povo brasileiro” e “projeto coletivo”, temos uma *assimilação* por *coletivização*, como também uma *identificação* por *classificação*. Ao utilizar essas construções nominais, a atriz, presidenta da república, tem o propósito de legitimar e de promover, junto a cada brasileiro, a aceitação, a aprovação e o apoio ao seu plano de governo (o qual engloba e expressa todas as ações e os resultados do desempenho do papel de governar da presidenta e dos demais atores que compõem essa prática).

Simultaneamente, coloca “povo brasileiro” como agente, ao expressar que a união dos atores que compõem esse grupo atuará na realização e no entendimento do “projeto de nação” e, por isso, ele será participante do governo da presidenta eleita; e como paciente, pois submete os componentes do grupo como recebedores dos resultados e das conquistas, representando-os, também, como a finalidade do “projeto de nação”.

De forma geral, podemos afirmar que todo o trecho 3 opera uma grande *indeterminação*, uma vez que o uso dos termos do campo semântica de "povo" insere todos os brasileiros nesse projeto de nação, mesmo aqueles que não votaram na presidenta.

(4) A partir do extraordinário trabalho iniciado pelo governo do presidente Lula, continuado por nós, temos hoje a primeira geração de brasileiros que não vivenciou a tragédia da fome.

Em “governo do presidente Lula”, há uma nova *inclusão*, desta vez por *funcionalização*, que ocorre por meio da menção ao cargo que Lula ocupava e uma *determinação*, na qual a identidade de Lula é especificada.

Essa *inclusão* serve para reforçar ideais e suscitar as características que marcaram o desempenho de Lula em seu papel de presidente (isso sob a ótica da produtora do discurso). Além disso, essa *inclusão* evidencia claramente a ideia de continuidade, por Dilma, das ações iniciadas no governo Lula. De outro lado, podemos entender essa *inclusão* também como uma forma de reconhecimento pelo apoio de Lula a Dilma durante a campanha eleitoral.

Com o uso de “por nós”, a atriz que discursa reafirma o seu posicionamento de concordância e de continuidade da prática política do governo Lula e, para isso, faz uso do

plural de modéstia, pois apresenta como coletiva uma decisão governamental de sua responsabilidade, uma vez que ela encarna o governo atual.

(5) Resgatamos 36 milhões da extrema pobreza e 22 milhões apenas em meu primeiro governo. Nunca tantos brasileiros ascenderam às classes médias. Nunca tantos brasileiros conquistaram tantos empregos com carteira assinada. Nunca o salário mínimo e os demais salários se valorizaram por tanto tempo e com tanto vigor. Nunca tantos brasileiros se tornaram donos de suas próprias casas.

Temos, nos dados numéricos, uma representação por *assimilação* em que sujeitos são agregados em grupos formados para legitimar uma ação. Podemos perceber que, com isso, os argumentos ganham força, porque os grandes números, como 36 milhões e 22 milhões, chamam muito a atenção e tornam-se dados quase incontestáveis.

Nesse caso, o termo "brasileiros", que antecedia os números, foi omitido e novamente há uma *indeterminação*, que se repete em "tantos brasileiros". Aliás, a repetição, com vistas à ênfase, é marca desse excerto. Podemos começar por evidenciar a repetição do adjetivo/advérbio "tanto", que aparece seis vezes no fragmento para destacar as ações empreendidas pelo governo Dilma. Em seguida, merece menção a repetição do advérbio de negação "nunca", repetido quatro vezes para enfatizar que as ações desenvolvidas no governo Dilma jamais foram realizadas anteriormente por qualquer outro governo/partido.

Considerando que este texto, por sua importância social, política e histórica, provavelmente, foi pensado, produzido e revisado a muitas mãos, repetições, como as acima mencionadas, são elaboradas para causar um efeito no ouvinte/receptor: são intencionais e têm uma função no texto. De acordo com Pedro (1997, p.28), "...os traços linguísticos [...] são o resultado de processos sociais, e, por esse motivo, conjunções motivadas de formas e conceitos e nunca conjuntos arbitrários de forma e significado". Com isso, entendemos que escolhas como as acima destacadas são intencionais e revelam aspectos ideológicos do produtor do texto.

(6) [...] Nunca as instituições foram tão fortalecidas e respeitadas e nunca se apurou e puniu com tanta transparência a corrupção.

Em “as instituições”, há representação por *associação* de grupos de atores sociais que compõem as instituições públicas do Brasil. Na referência “a corrupção”, temos uma representação por meio da *impersonalização* por *abstração*. Um grupo de atores políticos foi representado em relação à qualidade que os exprime, no caso analisado, opera-se pelo uso do substantivo abstrato “corrupção”. Mais uma vez, neste trecho, corroborando a análise realizado sobre o trecho 5, temos a repetição do advérbio nunca.

(7) Em nossos governos, cumprimos o compromisso fundamental de oferecer a uma população enorme de excluídos, de pessoas excluídas, os direitos básicos que devem ser assegurados a qualquer cidadão [...]

Na expressão “nosso governo”, ocorre novamente uma representação por *associação*, pois há referência a dois grupos de governo, o atual e o do ex-presidente Lula, ambos pertencem ao mesmo partido político.

Em “a uma população” e “de pessoas excluídas” há, no primeiro momento, *diferenciação* desse grupo de atores em relação aos demais da sociedade, e, por meio da característica de sua condição social, estabelece-se, em seguida, com a resolução dos problemas mais latentes, uma tentativa de **inclusão**, pois agora esses atores sofreram uma mudança em suas realidades.

(8) A população quis que ficássemos porque viu o resultado do nosso trabalho [...].Por isso, a palavra mais repetida na campanha foi mudança e o tema mais invocado foi reforma.

Mais uma vez, a autora representa todos os integrantes da sociedade por meio da *coletividade* (A população). Nesse caso, não especificou a identidade do grupo para fomentar, assim, a impressão de que “todos” a escolheram para presidir o Brasil. Em “nosso trabalho”, há uma representação por *associação*, referindo-se à atuação mútua de todos os grupos de atores da sociedade que, na perspectiva de Dilma, “participaram” de seu governo; e também faz menção à continuidade da prática política de seu antecessor.

(9) O povo brasileiro quer democratizar, cada vez mais, a renda, o conhecimento e o poder. [...] O povo brasileiro quer ainda mais transparência e mais combate a todos os tipos de crimes, especialmente a corrupção e quer ainda que o braço forte da justiça alcance a todos de forma igualitária.

O "povo brasileiro" é representado como agente do processo de transformação da realidade, é por meio da ação dele que a mudança ocorrerá. Assim, é repassado a cada integrante desse grupo responsabilidades e satisfação pelas ações realizadas.

Em "braço forte da justiça", temos uma representação por *personalização*, na qual é atribuída característica humana a um ente não humano, que, mesmo estando no campo de uma ação abstrata, comunica aos demais atores a ideia de poder e de confiança. Os atores que recebem essa ação são representados na forma de inclusão "todos", o que conduz ao entendimento de que a "justiça" não tem alcançado a todos.

(10) Amigos e amigas, tudo que estamos dizendo, tudo que estamos propondo converge para um grande objetivo: ampliar e fortalecer a democracia, democratizando verdadeiramente o poder.

Temos, mais uma vez, uma representação por *diferenciação* que expressa a ideia de companheirismo e cumplicidade a partir da escolha semântica de "Amigos e amigas".

Em "a democracia" e "o poder", ocorre uma representação por *impersonalização* do tipo *abstração*, na qual, por meio do uso desses substantivos abstratos, os atores que compõem essas práticas foram representados.

(11) Senhoras e Senhores, gostaria de anunciar agora o novo lema do meu governo. Ele é simples, é direto e é mobilizador. Reflete com clareza qual será a nossa grande prioridade e sinaliza para qual setor deve convergir o esforço de todas as áreas do governo. Nosso lema será: Brasil, pátria educadora! Trata-se de um lema com duplo significado. [...].

Nesse momento, a presidenta opera a *individualização* e a *diferenciação* para colocar, mais uma vez, em evidência a atuação especializada e diferenciada de seu papel de governo que é capaz de criar caminhos e soluções benéficas, os quais conduzirão a vida de cada brasileiro(a).

Assim, a chefe de nação promove a legitimação, a concordância e a confiança junto a cada ator ao incluí-los como participantes de sua prática de governo.

Em “Brasil, Pátria educadora”, a atriz social analisada representa seus eleitores e os demais sujeitos da sociedade brasileira por meio da *assimilação* do tipo *coletivização*, desse modo coliga todos os grupos formadores da sociedade, a fim de disseminar a ideia de consenso e efeito de homogeneidade.

Há, também, na última construção destacada, uma evidência que nos conduz ao entendimento de ser uma representação por *sobredeterminação*. Neste processo, além da coletivização, infere-se, também, o posicionamento dos atores brasileiros em duas práticas sociais. Na primeira, os sujeitos estão atuando em uma prática do letramento, recebendo e repassando formação e conhecimento, com forte marcação da inclusão e agregação.

Após esse primeiro passo, na segunda prática social, os atores são representados com papéis ativos e de diferenciação, na qual eles atuam como auxiliares do governo devido ao sucesso da aprendizagem a qual se submeteram, ou seja, aprenderão a viver e a encontrar caminhos e soluções para os problemas e as crises da vida social, a tal ponto que esses atores podem “educar” outros atores, por meio da comprovação de suas experiências.

Concluída a análise dos excertos selecionados para este trabalho, encaminhamo-nos para algumas considerações a respeito das apreciações aqui apresentadas.

Considerações finais

Como analistas críticos do discurso, sabemos que nossos estudos estão sempre permeados por nossos pontos de vista e por nossas ideologias. Partimos dessa certeza para refletir sobre a imensa representatividade do texto/discurso aqui analisado.

Esse texto marca a conclusão do processo democrático de eleições presidenciais e, ao mesmo tempo, inicia o período do mandato presidencial do candidato eleito pelo povo para representá-lo por quatro anos. Representação é a palavra que marca nosso olhar analítico sobre esse texto: quem é ou não representado em um texto tão significativo?

Para chegar a essa resposta, imergimos em uma concepção que nos conduz a tomar o discurso como meio de ação, de estabelecimento, de atuação e de manutenção crítica na/da realidade a qual estamos inseridos. Nessa perspectiva, podemos compreender nossa realidade social e as funções de nossos papéis nas várias práticas sociais e discursivas das quais participamos.

Por meio das análises, esse trabalho visou suscitar a importância de nos posicionarmos criticamente em relação ao modo como os atores políticos constroem representações de si mesmos e de seus eleitores.

Votando ao texto analisado, ponderamos que a representação da presidenta no texto analisado acontece em dois âmbitos: o pessoal e o governamental.

No plano pessoal, cumpre ressaltar que a Presidenta representou a si mesma como mulher e como representante da mulher brasileira, por ela caracterizada como guerreira, logo se representa a mulher brasileira guerreira, ela é também uma guerreira. Essa é, a nosso ver, a representação mais forte que a Presidenta traça para si mesma e, com isso, reforça a identidade de mulher que ultrapassa obstáculos (logo guerreira) e alcança vitórias antes inacessíveis.

No aspecto governamental, a presidenta representa-se como figura que personifica o governo e essa escolha fica marcada no uso de expressões como "meu governo", "nosso trabalho", "nosso lema", nas quais, mesmo usando a primeira pessoa do plural, chama para si ações governamentais que julga positivas.

De outro lado, ainda no âmbito governamental, representa-se como sucessora de Lula, uma vez que, no seu governo, são conduzidas as ações governamentais iniciadas por ele no mandato anterior.

Com relação aos demais atores sociais representados, o grande personagem do texto é o "povo brasileiro". Essa grande representatividade deve-se, provavelmente, ao fato de ser este o grande receptor das ações do governo e também o "termômetro" que avalia a aceitabilidade ou não dos governantes e de suas ações. Em última instância, é o povo que elege ou não.

Quanto às exclusões, sabemos que elas existem no texto e que, em uma análise mais aprofundada, poderíamos chegar a marcas dos apagamentos de sujeitos não mencionados. Esse trabalho não será aqui empreendido devido ao exíguo espaço de que dispomos.

Por fim, entendemos que as representações têm por finalidade cumprir propósitos de convencimento, manifestar ideologias, estreitar relações de poder e dominação e, dessa forma, propiciar incorporações de identidades sociais que não correspondem as nossas reais significações.

As identidades construídas (CASTELLS, 2006; FAIRCLOUGH, 2003) trazem em suas essências as características dos papéis sociais que cada ator desempenhou. A presidenta Dilma Rousseff, ao se colocar em papel ativo e capacitado em todo tempo, configurou sua identidade social em consonância com os destaques das qualidades de sua identidade pessoal, fortificando ambas, ao ponto de não mais dissociarmos a "mulher guerreira" e a "presidenta".

Efeito inverso foi promovido em relação aos demais atores da vida social, os brasileiros e as brasileiras. Para estes, foram fortalecidas as identidades sociais em detrimento das características de cada grupo, uma vez que as menções são sempre direcionadas à coletividade.

Essa estratégia, por um lado, é positiva porque, ao tratar o grupo sempre de forma coletiva, não se corre o risco de esquecer um ou outro grupo. De outro lado, é negativa porque, ao considerar o todo, não dá a devida atenção aos pequenos grupos. De toda forma, é uma estratégia que transpõe a ponderação que o momento do discurso exigia.

Referências

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. A era da informação: economia, sociedade e cultura. Vol2; São Paulo: Paz e Terra, 2006. Traduzido de: *The power of identity*. Maryland: Johns Hopkins: University Press, 1996.

DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna *et al.* **O Planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre: Artmed. Ed. S.A., 2006

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Izabel Magalhães, coord. Da trad, ver técnica e prefácio. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001. Traduzido de: *Discourse and social change*, 1992.

_____. **Analyzing discourse**: Textual analysis for social research. London: Routledge, 2003.

OLIVEIRA, Edineia Aparecida Chaves de. O discurso sobre as mulheres fruta no jornal Folha de São Paulo: novas formas de comodificação do feminino na modernidade tardia. X ENCONTRO DO CELSUL – Círculo de Estudos Linguísticos do Sul UNIOESTE. 1. 2012. Cascavel (PR). **Anais do X ENCONTRO DO CELSUL – Círculo de Estudos Linguísticos do Sul UNIOESTE**. Cascavel: Universidade Estadual do Oeste do Paraná Cascavel-PR, 2012.

PEDRO, Emília Ribeiro. Análise crítica do discurso: aspectos teóricos, metodológicos e analíticos. In: PEDRO, E. R. (Org). **Análise Crítica do Discurso**. Lisboa: Caminho Editorial, 1997.

VAN LEEWEN, Theo. A representação dos atores sociais. In: PEDRO, Emília Ribeiro. (Org.) **Análise crítica do discurso: uma perspectiva sociopolítica e funcional** Lisboa: Caminho, 1998, p. 169 – 222.